

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

SOCIAL EDUCATIONAL INSTITUTIONALIZATION MEASURE: THE IMPORTANCE OF SOCIAL WORKERS WITHIN A TEAM COMPOSED BY SEVERAL PROFESSIONALS

Caroline Garcia Gonçalves

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Franca/ São Paulo – UNESP Franca. Pós-graduada do curso Serviço Social competências profissionais pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER polo de apoio presencial de Uberaba/MG. Pós-graduanda do curso Assistência Sociojurídica e Segurança Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Analista Executivo de Defesa Social/Assistente Social, lotada no Centro Socioeducativo de Uberaba/MG.

Denise Erthal de Almeida

Assistente social, professora corretora do UNINTER, mestre em Sustentabilidade.

RESUMO

Este artigo tem por finalidade ressaltar a importância do Assistente Social na composição da equipe multiprofissional que atua em Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais para cumprimento de medida socioeducativa de internação de adolescentes. Para este alcance será apresentado um breve histórico da constituição da profissão de Serviço Social, a identificação da regulamentação e desenvolvimento das medidas socioeducativas e uma discussão acerca do trabalho do Assistente Social neste espaço sócio ocupacional, pontuando suas atribuições específicas e alguns desafios atuais. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sendo utilizado o método dialético com abordagem de base qualitativa e os dados coletados são descritivos no decorrer da discussão deste trabalho. A discussão exposta considera o campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional da ação profissional com objetivo de reconhecer a importância da profissão nesta área de atuação.

Palavras-chave: Assistente Social; Medida Socioeducativa de Internação; Equipe Multiprofissional.

ABSTRACT

The objective of the following paper is to highlight the importance of Social Workers as members of the professional team, composed by several professionals, who work within the Centros Socioeducativos (Juvenile Detention Centers) in Minas Gerais. Such team is responsible for enforcing socio educational measures to the juveniles. Thus, the study displays a brief history of the establishment of Social Service as a profession, identifies the regulation and development of socio educational measures as well as a discussion about the activities of Social Workers in juvenile detention centers highlighting their specific attributions and current challenges. The authors used a bibliographical review to perform the study, the methodology was the dialectic qualitative approach and the datum collected are displayed throughout the considerations of the study. The discussion held considers the theoretical methodological, ethical political and technical operational aspects of social workers professional activity in order to understand their importance within such area of interest.

Keywords: Social Worker; Socio Educational institutionalization; Professional team composed by several professionals.

INTRODUÇÃO

A origem do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho, segundo Iamamoto (2011), está relacionada ao contexto das grandes mobilizações da classe operária ocorridas nas primeiras décadas do século XX.

A profissão foi constituída em um contexto social, político, econômico específico e, com o passar dos anos, apresentou muitos avanços mediante incontáveis lutas, perdas e conquistas. Atualmente é proposto ao profissional assistente social:

[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado [...] um profissional propositivo (IAMAMOTO, 2000, p.113).

Um dos espaços sócio ocupacionais de atuação do assistente social é representado pelos Centros Socioeducativos para cumprimento de medida socioeducativa de internação. Estes são norteados primordialmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA lei federal nº 8.069 de 1990, pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE lei federal nº 12.594 de 2012, e, especificamente no Estado de Minas Gerais, o Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais (SEDS, 2016).

Neste espaço o profissional assistente social atua diretamente com adolescentes que cometeram atos infracionais e receberam uma medida de internação, estendendo a atuação para as famílias deste sócioeducando e à rede sócio assistencial percorrida por eles. Afirmam Arruda e Pinto (2013) que o assistente social possui diversas atribuições específicas e algumas em conjunto com as demais áreas de atuação que compõem o trabalho multidisciplinar.

Diversos fatores tornam importante a especificidade do assistente social. Os assistentes são os “profissionais que estão o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalham. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós.” (MARTINELLI, 2006, p. 02)

Além da importância na equipe multiprofissional nesse espaço o assistente social também enfrenta diversos desafios, que se modificam historicamente de acordo com o

contexto social, político e econômico emergente, exigindo sempre mais capacitação e qualificação profissional.

O SERVIÇO SOCIAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

A profissão de Serviço Social tem sua gênese no Brasil enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho na década de 1930 e segundo Iamamoto (2011) seu surgimento está relacionado ao contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, que exigiu um posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja Católica.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 1930. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

Martinelli (2000) relata que a aliança entre igreja e Estado com as frações dominantes da burguesia aconteceu como estratégia para aliviar a tensão entre os trabalhadores, com objetivo de fortalecer a hegemonia da classe dominante. A autora acrescenta que a influência da doutrina católica, através do pensamento conservador, traçou um perfil de ação específico para os assistentes sociais no sentido de amenizar conflitos, recuperar o equilíbrio e preservar a ordem vigente.

As políticas sociais configuravam-se como mecanismos para o enfrentamento da questão social, sendo ela:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

Contudo, neste período as políticas sociais possuíam características assistencialistas e foram implementadas como instrumentos de controle e de repressão das reivindicações populares. O Estado para “garantir o controle social e sua legitimação,

apoia-se na classe operária por meio de uma política de massa, capaz ao mesmo tempo de defender e de reprimir os movimentos reivindicatórios” (PIANA, 2009, p. 88)

Segundo Netto (2005) o Estado burguês origina as instituições para regular a vida dos trabalhadores e, o assistente social é um dos autores, configurado em agente especializado que será solicitado para a execução das políticas para o enfrentamento dos problemas sociais.

Nos anos 1940 o processo de legitimação da profissão se desvencilha da origem católica e o Estado começa a gerir a política de assistência, que deixa de ser um serviço das instituições privadas e passa a ter como parceiro e empregador o próprio Estado. O Serviço Social continua respondendo às exigências do mercado, contudo busca uma instrumentalização técnica, valorizando o método através dos pressupostos funcionalistas positivistas e desvincula-se dos princípios neotomistas. (PIANA, 2009).

Conclui a autora que a ação profissional orientada por matriz positivista possuía como objetivo, através de intervenção moralizadora de caráter psicologizante, eliminar os “desajustes sociais”, e ainda assim não rompendo com o conservadorismo.

Somente nos anos de 1960, inicia-se para o Serviço Social brasileiro “um processo de reformulação global que se prolongará por, pelo menos, três décadas, suscitando um redimensionamento e um amadurecimento profissional indubitável. ” (SILVA; SILVA; SOUZA; JÚNIOR, 2016, p. 7)

Este processo de reformulação é denominado de Movimento de Reconceituação que para Netto (2010) pode ser analisado como parte integrante do processo de erosão do Serviço Social tradicional. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social representou “uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais em toda a América Latina, não obstante, no Brasil as condições políticas em que ele ocorreu trouxeram elementos muito diversos dos traçados em outros países” (PIANA, 2009, p.95)

Neste momento o embasamento teórico-metodológico do Serviço Social passou a ser fundamentado pelo modelo filosófico elaborado por Karl Marx, denominado de materialismo Histórico Dialético, que tem por objetivo estudar as relações entre homem e sociedade, demonstrando a constante transformação que ocorre nesta interação, além de situar a sociedade como sendo determinada historicamente e que se divide em classes sociais distintas, onde uma é detentora do capital e do lucro e a outra se dispõe da sua força de trabalho vendida por baixos valores. (PIANA, 2009)

O Movimento de Reconceituação durou décadas e quando se aproximou da teoria marxista passou a buscar novas bases de legitimidade para a ação profissional, ampliando sua bagagem teórica. (SILVA; SILVA; SOUZA; JÚNIOR, 2016)

Ainda na visão dos mesmos autores, a partir do Movimento de Reconceituação, a profissão começa a considerar as contradições do seu exercício profissional e se posiciona a serviço dos usuários, rompendo com a perspectiva anterior de reprodução do controle social e assim desenvolve seu posicionamento crítico.

Piana (2009) ressalta que após os anos de 1980 várias crises econômicas e políticas aconteceram no país e as manifestações da questão social exigiram adequação do profissional para atender as novas demandas. Neste período a profissão vivia os tempos de recusa do conservadorismo. O projeto ético-político da profissão é construído nesta década, através de organização coletiva com o objetivo de possibilitar à profissão formular respostas qualificadas em relação ao momento vivido.

Segundo o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) este projeto “expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais.” (CRESS, 2013)

A década de 1990 “[...] confere maturidade teórica ao Projeto ético-político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica”. (PIANA, 2009, p. 103). Acrescenta Silva (2016, p. 20) que a partir deste “[...] projeto se condensa a direção social que se propôs para a formação e a prática profissionais dos assistentes sociais brasileiros.”

Nos anos 2000 a conjuntura se modifica novamente e, conseqüentemente, as expressões da questão social também, tornando necessário a adaptação e a qualificação do assistente social.

Assistimos à diversas formas de precarização da formação profissional, como parte do processo de precarização da educação brasileira. O número de cursos e de vagas para Serviço Social crescem exponencialmente. [...] com isso, surgem novos desafios na luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços prestados por assistentes sociais. Esses elementos apontam para a necessidade de fortalecer o projeto ético-político profissional, que vem sendo construído pela categoria há mais de três décadas. E entendemos que essa luta só é possível com o aprimoramento intelectual e com a organização coletiva de assistentes sociais em suas entidades, bem como com o conjunto da classe trabalhadora. (CRESS, 2013)

Assim podemos observar que a profissão em meio a grandes lutas e conquistas ainda hoje almeja diariamente alcançar a consolidação do projeto ético-político. Como vemos o século XX foi marcado por intensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que acarretaram mudanças em diversos segmentos. Neste momento os conflitos e as necessidades sociais se evidenciaram.

Um dos segmentos atingidos foi o público infanto-juvenil. O Estado começou a assumir responsabilidades na área da infância e juventude e com apoio de instituições religiosas realizava ações assistencialistas e caritativas. Transcorrido um tempo assumiu ações próprias de controle através de políticas autoritárias e arbitrarias. (TRASSI, 2006)

Criou-se então, neste contexto, o Código de Menores Mello Mattos de 1927 e reelaborado em 1979 (Lei nº 6.697 de 19 de outubro de 1979). Este Código não correspondia aos interesses políticos e da sociedade civil e tão pouco representava os interesses das crianças e adolescentes, que ficavam submetidos ao poder discriminatório do juiz de menores e confinados em instituições. (SILVA, 2005)

Marginalizava-se o público infanto-juvenil, como afirma Fonseca (2014) e os abandonados e desassistidos eram punidos por serem negros, pobres e sem lar. Eles eram denominados menores e não se ajustavam aos padrões da sociedade da época.

Distingua-se criança de menor e as medidas aplicadas aos menores infratores objetivavam o seu tratamento e cura, como se fossem portadores de alguma patologia social que precisavam ser afastados do convívio social. Esses menores não eram considerados sujeitos de direitos, mas objeto de atividades policiais e das políticas sociais. (LIBERATI, 2003)

Somente em 1988 com a promulgação da Constituição Federal ideais provenientes da Revolução Francesa, mais conhecidos como liberdade, igualdade e fraternidade; além de que em sua formação ocorreu ampla abertura para participação popular, privilegiando o reconhecimento dos direitos fundamentais (FONSECA, 2014)

Após o surgimento da Constituição, o papel da família foi evidenciado e em parceria com a sociedade e o Estado, tornou-se a grande responsável pela proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. (FONSECA, 2014). Assim, segundo o art. 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

O artigo reverbera que as crianças e adolescentes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, portanto necessitam de cuidados o que é reafirmado em 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, aqueles que eram denominados “menores” passaram a ter seus direitos reconhecidos e o Estatuto tornou-se um avanço histórico normativo e social da garantia de direitos infanto-juvenis no Brasil. (FONSECA, 2014)

Após a promulgação da lei, extingue-se a denominação de menores em situação irregular e os infratores passam a cumprir Medidas Socioeducativas e possuem uma nova orientação e condição jurídica, distante daquela dos adultos. Exigiu-se assim a implantação de um novo modelo institucional de atendimento e rompeu-se com a divisão entre Infância, adolescência e menor, fazendo surgir um novo sujeito político e social que possui direitos e também pode responder por seus atos através das medidas socioeducativas e suas formas de responsabilização. (ARRUDA; PINTO, 2013)

As medidas socioeducativas estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; sendo que qualquer uma delas pode ser aplicada de maneira concomitante com as medidas de proteção previstas no artigo 101, incisos I a VI (BRASIL, 1990).

Para complementar e especificar a legislação dos adolescentes em relação as medidas socioeducativas, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) publicou no ano de 2006 a Resolução nº 119, que promulgou o documento normativo intitulado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Tal documento “se constitui em um guia na implementação das medidas socioeducativas” (CONANDA, 2006, p. 16). Em 2012 foi promulgada a Lei nº 12.594 que, por sua vez, instituiu o SINASE (BRASIL, 2012).

A constituição Federal de 1988 e o Estatuto são considerados “[...] um marco histórico, independentemente de sua classe social, crianças e adolescentes estão submetidos a uma mesma legislação e são entendidos como cidadãos, sujeitos de direitos

que devem ser tratados com prioridade absoluta (ARRUDA; PINTO, 2013, p. 2) ”. A implementação das medidas socioeducativas também faz parte desta conquista.

Podemos pontuar que como estas muitas conquistas não são totalmente efetivadas, mas representam um marco para o início das transformações necessárias. Silva (2005) coloca que não obstante o paradigma da proteção integral trazido pelo Estatuto, em oposição ao da situação irregular, ainda não foi rompido o projeto de sociedade difundido pela antiga legislação.

O SERVIÇO SOCIAL FRENTE À MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E OS DESAFIOS ATUAIS

No Estado de Minas Gerais as Medidas Socioeducativas são executadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) por meio da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase). O trabalho acontece através do cumprimento de medidas socioeducativas propostas pelo Estatuto e é desenvolvido por equipe multiprofissional. Nessa premissa a Suase:

[...] elabora, coordena e executa a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional em Minas Gerais. Entre as diretrizes do órgão estão, além da responsabilização do jovem, o resgate da convivência familiar, o incentivo ao estudo, o fortalecimento dos vínculos comunitários e o estímulo à autonomia por meio da participação social [...] O objetivo é proporcionar atendimento integral a esse jovem, dando a ele a oportunidade de vivenciar diversas experiências culturais, esportivas, profissionalizantes, escolares e artísticas. (SESP, 2016)

A medida de internação é considerada especificamente a mais rigorosa das medidas aplicadas a adolescentes. É uma medida privativa de liberdade, guiada sobre aos princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Sua aplicação somente caberá quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. (SESP, 2016)

A privação de liberdade é autorizável por até três anos e acontecem reavaliações periódicas a cada seis meses, para que seja constatado a evolução do adolescente e determinar a continuação ou não da medida, e por isso, o tempo que o adolescente

permanece cumprindo esta medida varia de acordo com cada caso, ou seja, de acordo com o desenvolvimento de cada um. (ARRUDA; PINTO, 2013)

A equipe de atendimento e a equipe de segurança são as principais atuantes na execução de medida socioeducativa de internação. Segundo o Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais “estes dois pilares devem caminhar juntos na execução do trabalho dentro da unidade. Por um lado, deve ser garantido um ambiente seguro, por outro devem ser desenvolvidas atividades que propicie oportunidades para os adolescentes” (SEDS, 2016, p. 41).

Assim, a Suase adota como eixos estruturantes do atendimento: Família, Educação e Profissionalização. E garante o acesso à saúde, cultura, esporte e lazer. Além das atividades internas também são oferecidas atividades em vários espaços sociais, afirmando o princípio da incompletude institucional e propiciando ao adolescente o exercício da liberdade, permitindo a convivência com a família, a comunidade e a cidade. (SESP, 2016)

O Assistente Social é um profissional que compõe a equipe multiprofissional pertencente à equipe de atendimento e neste espaço sócio ocupacional:

O trabalho do assistente social se orienta pela análise da relação sócio familiar, pela intervenção nas relações sociais e em ações que visam a garantia de direitos, com o intuito de possibilitar um fortalecimento dos vínculos sociais (família, comunidade, escola, etc.). Além disso, realiza intervenções e estratégias que possibilitem uma reflexão sobre a trajetória social, familiar e infracional do adolescente. [...] o assistente social tem a competência de identificar vulnerabilidades e demandas sociais, avaliar o contexto familiar e comunitário e, a partir da história de vida, definir os procedimentos metodológicos a serem adotados, na tentativa de orientar o adolescente e a família sobre a rede socioassistencial e as formas de acesso a esses serviços com autonomia. (SEDS, 2016, P. 59)

Ainda pautado no Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais, são atribuições específicas do assistente social que atua nesta equipe multiprofissional:

- Realizar atendimento ao adolescente e sua família para intervenção social e conhecimento da história familiar;
- Realizar atendimento ao adolescente, no mínimo quinzenalmente para a internação e sempre que houver demanda;
- Realizar atendimento aos familiares dos adolescentes no momento da admissão do adolescente e durante todo o período da medida, periodicamente. Na internação deve ocorrer, no mínimo, mensalmente, e sempre que houver demanda;

Medida socioeducativa de internação: a importância do assistente social na equipe multiprofissional

- Acompanhar o dia de visita dos familiares ao adolescente na Unidade;
- Realizar as visitas técnicas domiciliares, sempre que necessário, inclusive em outros municípios, conforme metodologia estabelecida;
- Realizar contato e potencializar a articulação com a rede de atendimento ao adolescente e sua família também por meio de visitas institucionais, inclusive em outros municípios;
- Identificar a demanda e sugerir a aplicação de medidas protetivas nos Relatórios destinados ao Judiciário, conforme metodologia;
- Desenvolver projetos que estimulem a reflexão do adolescente sobre sua trajetória;
- Elaborar e desenvolver ações estratégicas pautadas na realidade social do adolescente;
- Identificar a demanda de encaminhamento para a rede socioassistencial e acompanhar sistematicamente o atendimento ao adolescente realizado pela rede, principalmente na medida socioeducativa de internação. Realizar também as competências comuns a todas as áreas da equipe de atendimento e demais atividades estabelecidas pela direção.
- Realizar o cadastramento destes visitantes para entrada na Unidade. (SEDS, 2016, p. 62)

O Assistente Social tem algumas atribuições específicas e algumas competências em conjunto com as demais áreas (ou técnicos), como por exemplo, a elaboração de relatórios, participação em reuniões de equipe, de estudo de caso e em atividades promovidas pela unidade. (ARRUDA; PINTO. 2013)

Portanto, como podemos perceber o Assistente Social é de extrema importância na equipe multiprofissional que atua em Centros Socioeducativos possuindo especificidades de atuação que o tornam um profissional essencial e insubstituível, reforçando o que é estabelecido pelo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) em sua Resolução nº 557/2009: “o assistente social ao atuar em equipes multiprofissionais, deverá garantir a especificidade de sua área de atuação” (CFESS, 2009, p. 2).

Como já citado anteriormente através de Martinelli (2006), os assistentes sociais são os profissionais que conseguem chegar o mais próximo possível da vida cotidiana dos seus usuários. Desta forma alcançamos uma dimensão de realidade muito grande que nos possibilita construir e reconstruir identidades. Isso torna nossas funções muito importantes na formação das equipes multiprofissionais.

A temática acerca do trabalho do Assistente Social parece simples, mas não é, pois apresenta desafios reais e emergentes das relações de trabalho e deve-se levar em conta o movimento sócio histórico da profissão. (ARRUDA; PINTO, 2013)

O Serviço Social tem se redefinido de acordo com a sua inserção na realidade social brasileira. As demandas sociais modificam-se a partir da conjuntura e momento

histórico atual e exige do profissional qualificação e capacitação para conseguir realizar com êxito o trabalho proposto, pois “para um competente exercício profissional é necessário um continuado investimento na qualificação, podendo dispor de cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado disponíveis, capacitando-se em suas práticas específicas” (CRESS, 2013.)

No espaço sócio ocupacional de Centros Socioeducativos para cumprimento de medida de internação, a profissão possui grande importância e relevância, que utiliza das suas especificidades e atribuições específicas para fazer “[...] uma análise da realidade social e institucional, e intervir para melhorar as condições de vida do usuário [...] isso requer uma contínua capacitação profissional que busque aprimorar seus conhecimentos e habilidades nas suas diversas áreas de atuação” (CRESS, 2013).

É necessário se qualificar para além de executar um bom e correto trabalho conseguir materializar o Projeto Ético-Político do Serviço Social no exercício profissional e somente assim desvendar a realidade social, apreender o seu movimento e suas contradições e qualificar as práticas operativas dessa profissão. (CAMARGO; LOPES; OLIVEIRA, 2013)

Bravo (2009) apresenta também uma reflexão acerca de alguns desafios que cercam a profissão, consequentes da crise do capitalismo que vivemos, alegando que os assistentes sociais também são sujeitos à precarização das condições de trabalho e são obrigados a enfrentar uma jornada de trabalho estressante e com baixos salários. Como cada vez mais são desafiados a atender as demandas imediatas, muitas vezes, infelizmente, são levados a negligenciar a reflexão crítica a qual são propostos e possuem extensa carga de trabalho e muitas atribuições.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo da pesquisa demonstrando a importância do assistente social na equipe multiprofissional que atua nas medidas socioeducativas de internação de adolescentes, bem como delimitar as atribuições do profissional neste espaço sócio ocupacional, além de apresentar os desafios atuais enfrentados, foi realizada uma revisão bibliográfica de pesquisadores que abordam a temática.

Utilizou-se na elaboração desta pesquisa, artigos, livros, monografias, legislações e documentos que foram escolhidos por afinidade com o objetivo de aprofundar o estudo e criar mais um novo olhar sobre o assunto de acordo com a delimitação do tema.

Foram selecionados textos que possuem maior destaque perante o tema abordado, constituídos de embasamento científico e coleta de dados. Pode-se destacar entre os autores selecionados: Marilda Vilela Iamamoto, Maria Lúcia Martinelli, Maria Cristina Piana, Daniel Péricles Arruda e Patrícia da Silva Pinto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2012) e o Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais (2016) também fazem parte da legislação base para composição da pesquisa.

A abordagem de base é qualitativa e os dados coletados são descritivos, pois esses foram convenientes para que se alcançasse o objetivo proposto. Esta abordagem:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa [...] os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. (PRODANOV; FRETIAS, 2013, p. 35)

O método histórico dialético foi utilizado para desenvolver esta pesquisa, pois quando é “empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc.” (PRODANOV; FRETIAS, 2013, p. 70)

Através de uma perspectiva histórica se interpretou a evolução do serviço social e das medidas socioeducativas e assim, realizou-se a análise acerca da importância que o assistente social conquistou neste espaço e os desafios enfrentados atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão de Serviço Social foi constituída em um contexto social, político, econômico específico e hoje possui reconhecimento mediante anos de lutas.

Atualmente o Assistente Social ainda enfrenta desafios advindos de seu passado, ou seja, da sua construção histórica pautada em uma gênese de cunho conservador religioso. Ele precisa romper diariamente com esta visão historicamente construída, demonstrando para seus gestores, colegas de equipe, usuários e inclusive profissionais afins desatualizados que é uma profissão socialmente construída que possui caráter sociopolítico, crítico e interventivo.

Como demonstramos o Assistente Social deixou o assistencialismo e a filantropia e se repaginou como profissional adquirindo capacidade crítica e reflexiva, passando a intervir na realidade de seus usuários, adquirindo uma atuação particular conquistada através de sua formação.

Em equipes multiprofissionais que atuam em Centros Socioeducativos para cumprimento de medidas socioeducativas de internação de adolescentes, no caso os trabalhadores do Estado de Minas Gerais, o Assistente Social se evidencia como o profissional que se aproxima da realidade de seus usuários, do seu cotidiano e através de suas atribuições específicas alcança a garantia de direitos e propõe um novo olhar para a emancipação de cada um.

A importância deste profissional nesta equipe é inquestionável e o torna insubstituível, pois para trabalhar com jovens restritos de liberdade é necessária uma interpretação crítica e que compreenda a problemática de cada um e assim consiga caso a caso trabalhar além do indivíduo, mas também com suas famílias e com sua trajetória de rede assistencial, considerando cada contexto histórico socialmente construído.

Os empasses também se modificam historicamente e atualmente o profissional enfrenta como grandes desafios, entre muitos, a necessidade de qualificação profissional e a tentativa de rompimento com a visão histórica construída.

A necessidade de capacitação e qualificação é importante para que se consiga materializar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, realizando assim o trabalho como é proposto a partir de uma visão de totalidade de cunho emancipador. Romper a visão histórica construída da profissão, seria demonstrar que o profissional não é um mero fazedor e regulador assistencialista, e sim um agente crítico e interventivo que luta diariamente com seus usuários e também pelo reconhecimento e valorização da profissão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRUDA, Daniel Péricles; PINTO, Patrícia da Silva. **O trabalho do Assistente Social na medida socioeducativa de internação: Práticas e desafios**. Belo Horizonte: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20MEDIDA%20SOCIOEDUCATIVA%20DE%20INTERNA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União, Brasília. 19 jan. 2012.

_____. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. CONANDA. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em 23 out. 2018.

BRAVO, Maria. Inês. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social**, n. 100, out/dez. São Paulo: Cortez, 2009. p. 679-708.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida; LOPES, Elaine Sardinha; OLIVEIRA, Aline de Jesus. **Formação Continuada: Estratégia de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social**. Belo Horizonte: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA_%20ESTRAT%C3%89GIA%20DE%20FORTALECIMENTO%20DO%20PROJETO%20%C3%89TICO-POL%C3%8DTICO%20DO%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL.pdf> Acesso em: 3 set. 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf>. Acesso em: 3 set. 2018.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>>. Acesso em: 3 set. 2018.

_____. Sergipe, 2013, Disponível em: <<http://novo.cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social>> Acesso em: 3 set. 2018.

FONSECA, Júlia Brito. **Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2014. disponível em: <<https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 03 set. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1999.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e o Ato infracional: medida socioeducativa é pena?**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, ano 6, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

_____. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, João Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5, 20, 2005. .

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 14 set. 2018.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEDS. Secretaria de Estado da Defesa Social. **Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEDS, 2016.

SESP. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://seguranca.mg.gov.br/socioeducativo>>. Acesso em: 3 set. 2018.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: discontinuidades e continuidades**. In. Serviço Social e Sociedade nº 83, ano XXVI, Especial. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

Medida socioeducativa de internação: a importância do assistente social na equipe multiprofissional

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; JÚNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O Serviço Social no Brasil: das origens a renovação ou o “fim” do “início”**. Belo Horizonte. 4º simpósio mineiro de assistentes sociais, 2016. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>> Acesso em: 3 set. 2018.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência - violência: desperdícios de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.